

Quando crianças e adolescentes testemunham: trauma, perda e identidade no jornal *A Sirene*¹

Karina Gomes Barbosa
André Luís Carvalho

Resumo:

Nos debruçamos sobre a edição de outubro de 2019 d'*A Sirene*, produzida em parceria com o programa de extensão *Sujeitos de suas histórias*, para o Dia das Crianças, analisando três reportagens. *A Sirene* é um jornal mensal produzido em Mariana (MG) na perspectiva das comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem de Fundão. Visionamos o material jornalístico sob a ótica do testemunho em diálogo com o jornalismo e em interseção com os estudos da infância, para compreender como se materializa o teor testemunhal, a partir de uma análise textual, compreendendo como tal não apenas o texto escrito, mas também as imagens. Os relatos evidenciam que, para as crianças e adolescentes de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo protagonistas das reportagens, o trauma se desdobra como estilhaçamento temporal, perda espacial e destruição de um modo de vida. Além disso, a edição ao mesmo tempo dá protagonismo a crianças e adolescentes e tira as identidades de foco, no que diz respeito a imagens e autorias.

Palavras-chave: Testemunho. Jornalismo. Infância e adolescência.

When children and adolescents witness: trauma, loss and identity in the newspaper *A Sirene*

Abstract:

We look at the October 2019 edition of the newspaper *A Sirene*, produced in partnership with the extension program *Sujeitos de suas histórias*, for Children's Day, analyzing three features. *A Sirene* is a monthly newspaper produced in Mariana (MG) from the perspective of the communities affected by the collapse of Fundão Dam. We analyze the journalistic features from the perspective of the testimony in dialogue with journalism and in intersection with childhood studies, to understand how the testimonial content materializes, based on a text analysis, understanding as such not only the written text, but also the images. The accounts show that, for the children and adolescents of Bento Rodrigues and Paracatu de Baixo, the protagonists of the features, the trauma unfolds as temporal splintering, spatial loss and destruction of a way of life. In addition, the edition at the same time that gives prominence to children and adolescents, takes identities out of focus, with regard to images and authorship.

Keywords: Testimony. Journalism. Childhood and adolescence.

Recebido em: 15.09.20
Aprovado em: 21.02.21

Karina Gomes Barbosa

Professora adjunta do curso de Jornalismo e do programa de pós-graduação em Comunicação da UFOP. Coordenadora do programa de extensão Sujeitos de suas histórias.

E-mail: mastudobem@gmail.com

André Luís Carvalho

Professor adjunto do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutorando em Teoria e Crítica Literária da Universidade Estadual de Campinas.

E-mail: adlcarvalho@gmail.com

¹Agradecemos às bolsistas do programa Sujeitos de suas histórias e à equipe de *A Sirene*. Em especial, a Lavinia, Victória e Wigde.

O rompimento da Barragem de Fundão, das mineradoras Samarco/Vale/BHP Billiton, em 5 de novembro de 2015, arrasou dois sub-distritos da cidade mineira de Mariana e expulsou comunidades, de maneira brusca e incontornável. Quase cinco anos após o crime socioambiental, essas pessoas continuam à espera de serem reassentadas em locais reconstruídos pela mineradora como parte das reparações estabelecidas juridicamente¹. Conjunto considerável dessas comunidades é formado por crianças e adolescentes de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Desde novembro de 2015, as famílias estão provisoriamente realocadas na zona urbana de Mariana, espalhadas por casas alugadas, separadas em diferentes bairros da cidade. Aos poucos, meninos e meninas retomaram uma rotina central à infância e à adolescência contemporâneas, a ida à escola. E, ao contrário de antes, não a partir das andanças, trilhas, caminhos, de casa até a sala de aula, ressignificando cotidianamente essa cidade, praticando seu espaço, como pontua Michel De Certeau (1998). Desde então, a maior parte delas vai para a escola nos ônibus da Fundação Renova, desconectando-se dos trajetos antes construídos a pé, e que compunham parte de suas identidades.

¹O Termo de Transação de Ajustamento De Conduta (TTAC) foi assinado em março de 2016 por Samarco/Vale/BHP Billiton e entidades federais estaduais. Prevê a reconstrução, recuperação e realocação de Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo, em Mariana, e Gesteira, em Barra Longa.

²As comunidades rejeitam o termo “vítima”, por compreendê-lo como nomeação passiva de um sofrimento infligido, e têm pressionado pela adoção do termo “atingido/a” na designação de suas subjetividades traumatizadas.

Os primeiros relatórios produzidos pela Samarco e, depois, pela Fundação Renova, traziam a expressão “impactado/a”, igualmente rejeitada pelo caráter burocrático e gerencial. A Renova apropriou-se da designação “atingido/a” e hoje a usa, sobretudo, em materiais comunicacionais que emulam *A Sirene*, como o jornal *Voz da Comunidade*. Os estudos de trauma e testemunho utilizam a expressão “sobrevivente” para designar a testemunha. Dado seu enquadramento jornalístico, *A Sirene* sempre usa a expressão “atingido/a”, que mantemos aqui.

Em um primeiro momento, as crianças foram alocadas em escolas de Mariana, mas dificuldades de convivência e integração, e episódios de preconceito contra meninos e meninas atingidos² pelo rompimento, relatados entre outros pela diretora da escola de Bento, levaram as comunidades a reivindicar espaços próprios. Em dezembro de 2016, a reportagem *Era uma vez*, publicada no jornal *A Sirene*, explicita a situação: “Nossas crianças são chamadas de pé de lama” (PEIXOTO, 2016, p. 10). A partir de 2017 e 2018, as escolas municipais de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo têm sedes provisórias exclusivas reformadas e mantidas pela Fundação Renova, entidade privada sem fins lucrativos criada para gerenciar as atividades de reparação e alvo de muitas críticas das comunidades atingidas pelas relações que mantém com as mineradoras e pela constante falta de escuta às demandas dos grupos atingidos.

O programa institucional de extensão *Sujeitos de suas histórias*³, vinculado ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), vem trabalhando com as crianças e adolescentes de Bento Rodrigues desde 2016, e de Paracatu de Baixo, desde 2018. As ações buscam estimular meninas e meninos a narrarem suas experiências traumáticas – com todo o cuidado para evitar re-traumatização, ou, como nomeia Geoffrey Hartman (2000), “traumatização secundária”. Estimula-se ainda a construção de narrativas sobre memória e identidade, privilegiando o protagonismo desses sujeitos em produções de teor testemunhal textuais, fotográficas, audiovisuais e, em menor frequência, sonoras. Um dos resultados dessas ações se deu em outubro de 2019 com a publicação da edição 42 do jornal *A Sirene* (Figura 1), em que parte do material foi produzida em parceria do programa de extensão com a equipe do jornal, tendo as crianças à frente do processo produtivo e suas narrativas em primeiro plano⁴.

³Mais informações sobre o programa se encontram no site: <https://sites.ufop.br/sujeitosdesuashistorias> e na página <https://www.facebook.com/sujeitosdesuashistorias>.

⁴A edição está disponível em: https://issuu.com/jornal-sirene/docs/edi_o_42_-_outubro__issuu. Acesso em 13 de jan. 2021.

Figura 1: Capa d'A Sirene de outubro de 2019



Fonte: <http://jornalasirene.com.br/>

A Sirene existe desde fevereiro de 2016, criado para divulgar narrativas das comunidades atingidas, como espaço de resistência à hegemonia discursiva que a Samarco/Vale/BHP Billiton e a máquina minerária (WISNIK, 2018) vêm estabelecendo na mídia após o rompimento. Trata-se de experiência importante como *locus* de testemunho dos e das sobreviventes. O veículo é consolidado e reconhecido onde circula e junto a atores importantes relacionados à catástrofe, mas a estabilidade e viabilidade dessas narrativas é posta à prova todo o tempo. Como resultado, o jornal ficou um período sem circular em 2019. Com habitualmente 3 mil exemplares e 16 páginas, *A Sirene* é lançado todo dia 5. Criado pelo coletivo *Um minuto de Sirene* com o apoio da UFOP, atualmente é mantido por meio de verbas de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre a Arquidiocese de Mariana e o Ministério Público de Minas Gerais, com a participação de jornalistas (muitos egressos do curso de Jornalismo da UFOP) e de atingidas e atingidos no conselho editorial e nos processos produtivos.

A maioria das matérias é produzida por atingidas e atingidos com o apoio de jornalistas ou estudantes de Jornalismo. Janaína Campos e Rennan Mafra (2020, p. 79) classificam *A Sirene* como um jornalismo de pequena escala, cujo modo de produção é, muitas vezes, “subterrâneo e orquestrado por mídias alternativas”, que muitas vezes consegue explicitar traumas e sofrimentos dos sujeitos antes da mídia hegemônica e corporativa. Em contraponto, os autores apontam que os sentidos produzidos n’*A Sirene* dizem de certa mineiridade que não é capaz de escancarar a fundação arraigada que a máquina minerária possui no sofrimento do estado. O nome do jornal enseja algo caro e essencial ao testemunho. Nomeando um dos símbolos marcantes de grandes catástrofes, o sinal estridente do prenúncio de algo ruim que está por vir, *A Sirene* evoca, pela ausência, o que de fato se deu quando a Barragem de Fundão se rompeu e após: o silêncio e o desejo quase impossíveis da testemunha de ser ouvida e fazer ecoar sua história. O som de sirenes não existiu

no dia da catástrofe. Pelo menos não para os atingidos ao longo do percurso devastador dos rejeitos de minério.

O barulho ensurdecedor segue ecoando nos sonhos, nas memórias e testemunhos de quem ouviu aquele dia. Vem do mar de rejeitos devastando o que estava à frente, derrubando árvores, explodindo casas, fazendo submergir histórias, apagando álbuns de família. Vem também dos gritos de socorro, do desespero, da mata cortada por passos rápidos de quem corria pela sobrevivência. As sirenes do plano de emergência, de responsabilidade da máquina minerária e mortífera, sequer existiam como alerta. A *Sirene* que existe hoje faz ecoar os testemunhos de quem sobreviveu e continua sobrevivendo àquele dia, resignada e teimosamente. A *ombudsman* da edição 35 comenta, nos três anos do jornal:

Desde fevereiro de 2016, a cada dia 5, as páginas d'A Sirene ecoam, como jornalismo, a urgência que nunca tocou quando a lama chegou. Esse jornal vem buscando redefinir noções de acontecimento jornalístico, obrigando agentes públicos, corporações, sistema judiciário e, eventualmente, a chamada grande mídia, a readequar suas lentes, a repensar os critérios para escolher o que é ou não notícia – o que “aconteceu” ou não. Aconteceu, e acontece todo dia, para os atingidos e as atingidas. Quando um rompimento acaba? (GOMES BARBOSA, 2019, p. 5)

A edição de 5 de outubro de 2019, produzida para a efeméride do Dia das Crianças, foi um modo de o jornal promover a escuta infantil e adolescente, visto que até então as vozes predominantes eram adultas, mesmo em pautas sobre infância. Foi a primeira protagonizada por esses sujeitos, ainda que em 2017 e 2018 o jornal tenha abordado o tema de uma perspectiva adultocêntrica: em uma edição adultos narravam memórias das infâncias e, em outra, falavam sobre os filhos. Ainda assim, *A Sirene* tem trazido, ao longo dos anos, a perspectiva infantil, muitas vezes com desenhos ou pequenos depoimentos (CAMPOS; MAFRA, 2020).

O *Manual de niñez y periodismo* (2008, p. 29) lembra que, em ocasiões adequadas e convenientes, há que se considerar o direito de crianças e adolescentes expressarem suas opiniões, respeitando sua integridade e segurança, mas visando enriquecer as narrativas jornalísticas com suas perspectivas. É o que busca a edição 42, com cinco matérias jornalísticas (mais uma poesia e uma coluna), em sete páginas, dedicadas à infância e à adolescência desses sujeitos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo: “Nossa brincadeira é coisa séria”, “Os pés de fruta da roça”, “As conversas de calçada”, “Contos de Paracatu” e “O que quero ser.” Neste trabalho, nos debruçamos sobre esse material jornalístico sob a ótica do testemunho em diálogo com o jornalismo e em interseção com os estudos da infância, para compreender como se materializa o teor testemunhal, a partir de uma análise textual, compreendendo como tal o texto escrito e também as imagens, que percebe os discursos e seus atravessamentos. Assim, analisamos as três primeiras reportagens, pois conjugam as dimensões verbo-visual, o que amplia as possibilidades da análise em razão da diversidade das linguagens.

Vale destacar que, embora sejam tão vítimas de processos catastróficos quanto os adultos, é incomum nos depararmos com testemunhos infantis e adolescentes no jornalismo, o que talvez se justifique por um cuidado maior sobre a exposição desses sujeitos a seus traumas, a necessidade de autorização de seus atos testemunhais ou mesmo, no caso do Brasil, as leis rígidas e necessárias de proteção infantil. Por outro lado, se pensarmos que serão justamente as crianças os atores do futuro a prolongar a sobrevivência da memória de suas catástrofes, representando a “prova”, o rastro, a ruína viva que reage ao apagamento de suas histórias, por que não lhes é garantido o direito à marcação de suas dores, de suas experiências no jornalismo?

Direitos e testemunhos

De miniadultos a indivíduos sem voz, as crianças se tornaram, progressivamente, no século XX sujeitos de direitos e de fala. Suas vozes passam a ser ouvidas, ainda que a credibilidade esteja constantemente posta à prova em função das características de sujeitos em formação. Fica claro, portanto, que a criança e a ideia de criança são culturais e históricas (BUCKINGHAM, 2007). À medida que os processos de subjetivação das crianças passam a ser considerados, os direitos se tornam pilares jurídicos, como na Constituição Federal, no caso brasileiro, e subsequentemente no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990⁵. Ambos estabelecem esses sujeitos como prioridade absoluta e responsabilidade compartilhada entre Estado, sociedade e família.

Em outra frente, emerge historicamente da categoria de infância a percepção de uma etapa da vida delimitada e distinta da vida adulta. Essa emergência também institucionaliza meninos e meninas a partir de uma série de tecnologias e dispositivos – escola, creche, parquinho, modelos de maternidade – que ambigualmente as apartam do mundo adulto e as protegem do trabalho, mas também impedem a fala pública, a participação política. Tais dispositivos têm a utilidade de moldá-las para um devir que significa uma vida adulta produtiva, dócil e normalizada (FOUCAULT, 1975). Diante de uma série de transformações, de infâncias diversas e de experiências distintas de ser-criança, a infância é um campo de imensa disputa discursiva (BUCKINGHAM, 2007): entre anjos puros, demônios a serem socializados, crianças-que-podem e crianças marginalizadas, interseções de classe, raça, gênero, etnia constroem diferenças e nuances nos sentidos em torno das infâncias e dos sujeitos crianças. “‘Infância’ é, portanto, um termo mutável e relacional, cujo sentido se define principalmente por sua oposição a uma outra expressão mutável, ‘Idade Adulta’” (BUCKINGHAM, 2007, p. 21). Os processos históricos de legitimação da adolescência são ainda mais recentes, de meados do século XX, e também alvos de intensa disputa de sentidos.

A inocência normalmente atribuída à infância (a certas infâncias), aliada à potência de vida que esta representa, o porvir, a promessa, podem suscitar choque diante dos traumas experienciados por meninos e meninas. Mas, historicamente, jovens estão sujeitos a viver experiências traumáticas que rompem a linearidade temporal dos sujeitos e os lançam em um mundo com teor de irrealidade, em um passado que insiste em destemporalizá-los do presente. Se pensarmos no evento que desestabiliza a esperança na história como progresso, o positivismo como aposta em um mundo melhor – a Shoah –, o número de testemunhos infantis e adolescentes que o demarcam é muito pequeno, embora um deles, de Anne Frank, seja um dos mais conhecidos. E o curioso é que tais testemunhos hoje, atualizados e possíveis por sobreviventes já adultos ou com idade avançada, são destacados pela mídia como os dos “últimos sobreviventes do Holocausto”. Talvez só tenham sido reconhecidos depois de deixarem suas infâncias, envelhecerem. Por serem os últimos categorizados como sobreviventes, adquirem direito a ser ouvidos pela mídia.

A experiência extensionista em foco busca rasgar a invisibilidade midiática da experiência traumática infantil e adolescente. O rompimento da Barragem de Fundão é um evento catastrófico que estilhou as experiências temporais desses sujeitos. A desarticulação traumática de suas experiências, uma desorientação de natureza temporal, torna-se também uma barreira espacial, que se reflete em uma desterritorialização, pois já não praticam mais lugares como antes, em suas cotidianas Bento e Paracatu, reconfigurando-os em espaços por suas práticas caminheiras, seus relatos dos percursos e itinerários (CERTAU, 1998). Hoje não caminham com a liberdade, segurança e desejo de outrora. Ocupam lugares (provisórios), estáticos, separados. Vivem à espera de que, em um devir incerto, voltem a viver em lugares (os reassentamentos) a serem reelaborados para voltar a ser

⁵A legislação brasileira estabelece o marco entre zero e 12 anos incompletos para crianças e entre 12 e 18 anos incompletos para adolescentes. Ainda que crianças e adolescentes não se definam apenas pelo pertencimento a determinadas fases da vida, tais marcadores balizam políticas públicas, como a divisão do ensino em faixas etárias na Educação Básica. O programa de extensão trabalha com sujeitos de 11 a 14 anos do Ensino Fundamental II, do 6º ao 9º ano.

espaços a respeito dos quais existe uma expectativa de que emulem ou recriem o senso de comunidade que perderam em novembro de 2015. Ou a ideia de “círculos aconchegantes” formados por laços de afeto, pertencimento e identidade, compartilhando valores e normas (HELLER, 2016).

O contexto dessas infâncias e adolescências traumáticas pós-rompimento está longe de ser homogêneo. Muitas eram bebês quando foram obrigadas, com suas famílias, a permanecer em uma cidade desconhecida e, por vezes, hostil. Talvez possuam laços mais frouxos, ou menos experienciados, com Bento e Paracatu em relação àquelas que já praticavam esses espaços, e conheçam os dois subdistritos apenas como ruína. Algumas nasceram no distrito sede e sequer viveram no que já foi Bento ou Paracatu, mas suas identidades se assentam no fato de serem crianças “atingidas”. E, nesses cinco anos, muitos outros desses sujeitos estão deixando ou deixaram de ser crianças. A infância passada (mas que, paradoxalmente, não conseguem abandonar devido ao trauma) é um espaço-tempo-afeto irreparável. Uma infância interrompida e aporisticamente persistente, fantasmática, inclusa.

Esse espaço-tempo traumático se materializa em casas que não lhes pertencem, e que não geram sentimentos de pertença; em uma escola que em nada se parece com os espaços amplos de que dispunham; em percursos rodoviários escolares estranhos às caminhadas que normalmente os levavam à escola; em um ambiente urbano árido e pouco afeito à vivência rural, ainda que se trate do rural híbrido a que Campos e Mafra (2020) aludem: uma ruralidade marcada, desde os primórdios, pela exploração capitalista da máquina minerária – que, no caso de Bento Rodrigues, sempre a assombrou de forma retumbante e ao mesmo tempo silenciosa, sublimada. A máquina minerária assassina que Minas gerou e, até as tragédias de 2015 e 2019, era abafada pelos *royalties* da mineração. Para essas crianças, portanto, o trauma se desdobra no tempo e no espaço.

Em janeiro de 2020, a reportagem d'A *Sirene* “As férias não são mais as mesmas” evidencia, no imbricamento verbo-visual, as disjunções espaciais causadas pelo trauma: no texto, adultos lamentam a perda de um modo de vida das crianças (que não falam). “Lá em Paracatu, a gente tinha tudo, né, não precisava ser da forma e do jeito que é hoje, aqui em Mariana. Então é muito complicado, porque fica sem motivação. Nas férias é muito confuso, porque não tem o que fazer, não tem pra onde ir. Eles ficam sem rumo e eu também”, conta Eliana Silva (SILVA; MARCELINO, 2020).

A primeira imagem da reportagem (Figura 2) mostra cinco crianças negras correndo de costas na grama alta. Ao fundo, árvores imensas demarcam a paisagem; à frente delas, ruínas de casas destroçadas pelos rejeitos minerários, marrons cinco anos depois. Se a fala evidencia o passado perdido, a imagem destaca uma presença-ausência posterior, presença inexistente como experiência cotidiana, passado que amplia sua temporalidade, alcança o presente e não o deixa se libertar nas memórias suscitadas pelo testemunho. Assim, Paracatu está (na memória) e não está (na experiência presente) lá; um limbo temporal e espacial, um ir e vir dos tempos que se aprisionam mutuamente. As crianças ressignificam as ruínas e que tentam apreender esse passado nostálgico aludido pelos pais percorrendo um espaço que não é, que já foi e nunca-mais-será. As vozes ausentes do texto, as imagens materializando o espaço traumático.

Figura 2: reportagem sobre as férias em Paracatu

Janeiro de 2020
Mariana - MGA SIRENE
PARA NÃO ESQUECER 5

FOTOGRAFIA: WIGDE ARICANGELLO

As férias não são mais as mesmas

Na edição especial do Mês das Crianças, produzida com os adolescentes das escolas de Paracatu de Baixo e de Bento Rodrigues, falamos sobre a saudade dos espaços, das brincadeiras e das histórias que as crianças compartilhavam nas comunidades. Hoje, em Mariana, essas relações mudaram completamente. Estar junto dos amigos, agora, é mais difícil e a escola tornou-se o ponto de encontro principal. No período de férias escolares, promover essa união é algo ainda mais custoso. O crime do rompimento da barragem de Fundão, controlada pela Samarco, Vale e BHP Billiton, se faz presente no cotidiano dessas crianças, que precisam se adaptar à falta de possibilidades de lazer com seus amigos nas férias.

POR ELIANA SILVA E JOSÉ GERALDO MARCELINO
COM APOIO DE JÚLIA MILITÃO

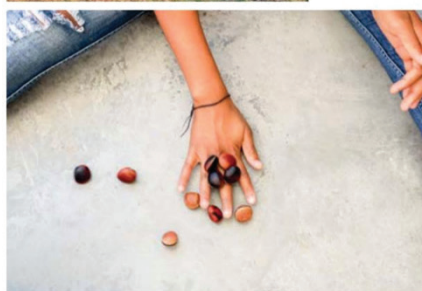


Na verdade, eles se encontram mais na escola. Quando tá de férias, eles não se veem, pouco se veem e ficam mais presos, né? Na minha casa, na casa da minha mãe, da minha mãe pra minha casa, não tem, assim, outros amigos pra poder sair, pra conversar, não encontram com os amiguinhos deles que são da mesma comunidade, lá de Paracatu. Não tem uma atividade pra que possa fazer, pra que não fique em casa. Na maioria das vezes, eu fico preocupada, porque é só internet, só o telefone, o tempo todo enfiado dentro dos quartos, em jogo... Às vezes, eu fico nervosa, mas eu vejo que é o meio que eles arrumam pra ocupar um pouco a cabeça. É muito ruim, porque eu trabalho e eu fico preocupada com eles, né?

Eliana Silva, moradora de Paracatu de Baixo

Para a minha filha, teve uma diferença grande, pois, aqui em Mariana, ela não encontra muito os amigos, então ela passa as férias mais é mexendo no celular e na televisão, uma hora ou outra que sai. Na roça era diferente, moravam uns perto dos outros, podia ficar até tarde na rua sem perigo, sempre estavam brincando de alguma coisa. Aqui não brincam muito e, à noite, aqui, é perigoso e, sempre que ficamos sabendo de eventos, já passou a data.

José Geraldo Marcelino, morador de Paracatu de Baixo



Lá em Paracatu, a gente tinha tudo, né, não precisava ser da forma e do jeito que é hoje, aqui em Mariana. Então é muito complicado, porque fica sem motivação. Nas férias é muito confuso, porque não tem o que fazer, não tem pra onde ir. Eles ficam sem rumo e eu também.

Eliana Silva, moradora de Paracatu de Baixo

Fonte: <http://jornalasirene.com.br>

Uma possibilidade de restituir esses sujeitos ao presente espaço-temporal, certa “reparação afetiva” do que lhes foi roubado, violentado – não realizada por quem ou o quê deveria ser responsabilizada, a máquina minerária e seus maquinistas, Samarco/Vale/BHP Billiton –, é por meio do testemunho, uma necessidade premente de quem experienciou um evento traumático e busca, agora, religar-se ao fio da vida. O testemunho é essa necessidade imperiosa de renascer (SELIGMAN-N-SILVA, 2008), de narrar algo que é inenarrável. Dar testemunho pressupõe, de um lado, um sujeito que narra, com sua voz, de maneira lacunar, fragmentária, não-linear, incompleta (irrepresentável?) um evento traumático. De outro, um ouvinte disposto a acolher a verdade da narrativa testemunhal e, em papel ativo, carregá-la adiante (HARTMAN, 2000). Fica claro, portanto, que o jornalismo pode ter papel fundamental na construção de uma comunidade afetiva fundada no testemunho, quando utiliza as narrativas testemunhais não apenas como dispositivo de veracidade ou atestação do sofrimento (GOMES BARBOSA; CARVALHO, 2020), mas quando posiciona as experiências e as verdades dos sujeitos traumatizados no centro da narrativa jornalística, como imprescindíveis para compreender situações-limite, para alcançar sobreviventes que estiveram no limiar da vida (e retornaram) e para afetar quem recebe essas narrativas. A jornalista da rede CNN, Clarissa Ward, fala sobre a necessidade urgente de vermos as crianças atingidas por armas químicas na guerra civil da Síria: para ela, o desconforto com as imagens e com o sofrimento das crianças não é desculpa para ignorá-las. “É preciso ver. É preciso testemunhar. É preciso dar voz, ou ouvir as vozes, das pessoas que morreram nas circunstâncias mais horríveis” (CNN, 2017, tradução nossa)⁶.

“You have to watch it. You have to bear witness. You have to give a voice, or hear the voice of these people who died in the most horrifying of circumstances” (CNN, 2017).

A escuta de crianças e adolescentes e sua presença no jornalismo, porém, precisam ser fundadas no que rege o ECA. Ao considerarmos o trauma causado pelo rompimento da Barragem de Fundão uma violência cometida contra esses sujeitos, é preciso admitir os mesmos protocolos e cuidados tidos na escuta de violências outras, como exploração sexual, assim como na construção dos relatos jornalísticos. Uma preocupação se dá em relação ao risco de re-traumatização. O *Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas* (BRASIL, 2011) traz recomendações sobre o direito à privacidade e à proteção contra injúrias ou represálias; a proibição da colocação da criança ou sua família em situação de risco por meio do relato jornalístico, em imagens ou textos; a ciência da família sobre a realização de entrevistas, entre outros. A publicação *Castigos físicos e humilhantes – Guia de referência para a cobertura jornalística* (ANDI, 2015, p. 56), lembra que “não há receita pronta para os dilemas éticos do processo de apuração. Recomenda-se, portanto, que as decisões [...] sejam fundamentadas nos direitos de cada menino e menina e suas famílias, para se evitar a reprodução de mitos, estereótipos e preconceitos”. Além disso, valorizar as vozes de crianças e adolescentes nessas narrativas é importante para subverter a perspectiva adultocêntrica em relação ao testemunho no jornalismo e efetivamente considerá-las sujeitos de direitos e voz.

O trauma no jornal

A edição em análise foi conduzida a partir de reuniões de pauta com crianças e adolescentes do Ensino Fundamental II, mediadas por jornalistas d'A *Sirene* e por bolsistas de extensão do curso de Jornalismo da UFOP. Após a seleção dos assuntos, o jornal e o programa de extensão produziram uma proposta de espelho e a apresentaram ao grupo. Aprovado o espelho, as equipes partiram para o processo de apuração, conduzido pel'A *Sirene* e apoiado pelo programa de extensão, sobretudo na realização de oficinas e dinâmicas. Essa etapa envolveu procedimentos jornalísticos como entrevistas e pesquisas e a dimensão lúdica da infância: na pauta sobre as árvores frutíferas, a equipe fez um piquenique e, claro, meninos e meninas subiram nas árvores. Além disso, as lendas de Paracatu foram relatadas em uma roda de conversa. A proposta de edição foi feita em parceria com as crianças na estruturação das narrativas e finalizada pela equipe do jornal, já no fechamento. O editorial descreve um pouco do processo produtivo:

[...] em comemoração ao mês das crianças, trouxemos adolescentes para construir essa nova edição da forma que sentissem vontade. Desde as pautas, passando pelas entrevistas, até as fotos. Todo o processo de produção foi pensado por eles(as). Contamos com a ajuda do programa de extensão “Sujeitos de suas histórias”, do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, coordenado pelo professor André Carvalho e pela professora Karina Gomes Barbosa. O programa desenvolve oficinas com a Escola Municipal de Paracatu de Baixo, ao ensinar técnicas jornalísticas e trabalhar memória com os(as) estudantes. Assim, o programa nos auxiliou com oficinas nas escolas de Paracatu e Bento Rodrigues. (A SIRENE, 2019, p. 16)

A tendência do jornalismo de organizar os acontecimentos por meio de narrativas que forneçam sentido(s) ao mundo (respondendo a questões básicas que orientem os sujeitos – o quê, quem, quando, onde, como, por quê) é rompida nas narrativas d'A *Sirene*. O jornal investe, muitas vezes, em uma estrutura textual fragmentária composta por um texto de abertura de autoria/autorizado pela redação seguido por peças com múltiplas vozes, que nem sempre são mediadas e alinhavadas pela voz do jornalista, seguindo livres como se fossem testemunhos diretos. A mediação jornalística, que continua existindo na escolha das fontes, na seleção das falas e no ordenamento das mesmas, torna-se menos visível. Esse ocultamento impacta, também, na atribuição de autoria das peças.

No especial em análise não é diferente: as três reportagens se estruturam assim. Essa estrutura narrativa do jornal se coaduna à não-linearidade e fragmentação da narrativa traumática, que não dá conta de estruturar as temporalidades de passado, presente e futuro em sequência, devido ao estilhaçamento provocado pelo acontecimento traumático, como se *A Sirene* buscasse incorporar e materializar no texto jornalístico a natureza traumática das subjetividades atingidas. Assim, a reportagem “Nossa brincadeira é coisa séria” traz 12 relatos (Figura 3). Já a reportagem “Os pés de fruta da roça” (Figura 4) conta com 15 relatos testemunhais e, ao lado da reportagem “As conversas de calçada”, se estrutura como um diálogo entre sujeitos, com menor interferência do/a jornalista na normalização desse discurso, e mais como excertos de uma conversa, o que evidencia a polifonia desse relato jornalístico. A forma da reportagem faz emergir também uma das características do trauma, sua aporia: ainda que seja impossível narrá-lo, é premente que se narre. Nas reportagens da edição, as crianças não abordam diretamente o rompimento da barragem, mas a consequência direta dele; o passado que lhes foi negado surge reiteradamente nas histórias e nas memórias narradas. A ferida do excesso de realidade que experienciaram pelo trauma vivido os desafia como limite e potência (FELMAN, 2000). bell hooks (2020, p. 91) diz que seu “espírito ferido” começou a se curar ao narrar histórias sobre si: “ao contar histórias entrei em uma zona re-dentora. [...] o sentimento de maravilhamento quando superamos o trauma e nos vemos inteiros novamente”.

Figura 3: reportagem sobre brincadeiras em Bento e Paracatu

6 A SIRENE
FALANDO COM O Povo

Outubro de 2019
Médias - 06

Nossa brincadeira é coisa séria

Brincar não é apenas uma forma de entretenimento e lazer. É uma ação essencial para que as crianças desenvolvam habilidades motoras, compreendam o mundo, se relacionem socialmente, aprendam regras e desenvolvam certa autonomia sobre suas próprias vidas. As brincadeiras, portanto, exercem várias e importantes funções na vida das crianças. As crianças ativas de Bento Rodrigues e de Paracatu de Baixo não costumam um passo sobre as suas brincadeiras preferidas e como elas precisam se adaptar aos diferentes espaços da cidade de Mariana para continuar brincando.

Por LÍDICE MARY DA SILVA, LUCIELLY APARECIDA LOPES MARCELINO, MARCELA DA SILVA, MARIA ELISA ALVES DA SILVA, MARIA EMÍLIA DE SOUZA SILVA, PÂMELA EDUARDA ANASTO, FRANCISCA FÉLIX DA SILVA, RAQUEL LUCIANA FELPE, SAMANTHA FERNANDES, WELLES DE SOUZA COSTA, COM APOIO DE JACIANA LIMA*, JOICE VALVERDE, JULIA MULLATO, JULIANA CARVALHO, LAVÍNIA TORRES*, VICTÓRIA OLIVEIRA* E WIDGE ARCANDELLO*
*PROGRAMA DE EXTENSÃO DA UFOP "SÍNTESIS DE SUAS HISTÓRIAS"

Eu brincava na rua de verdade e desafia, quitanda de meia, futebol, desceção e pique-esconde à noite. Não tenho uma brincadeira preferida, sempre gosto de todas. Agora, não brinco mais, porque não tem espaço e meus amigos moram todos longe. Se meus amigos morassem perto, ainda brincaria. Tem uma vez que fiquem agarrada no arrem-brincando de pique-esconde, fiquei com a minha testa ralada.

Maria Elisa Alves da Silva, 14 anos, moradora de Bento Rodrigues

Eu gosto de brincar de futebol, de vôlei, peteca, pique-ponga, chô-vo-lê e quadinha. Eu costumo brincar com meus amigos da escola. Brinco de futebol todos os dias. Fora da escola, não brinco muito. A gente mora longe, não tem como a gente se encontrar, sendo no futebol. Mas, antes, a gente tinha costume de encontrar.

Marcia da Silva, 13 anos, moradora de Paracatu de Baixo

Eu gosto de brincar de Barbie, de boneca e futebol também. Também gosto de brincar de escolinha. Brinco com meus amigos de futebol, no campo da escola. Fora da escola, a gente se encontra no futebol para jogar. Lá em Paracatu, quando a gente se encontra, brincava de pique-coia, pique-esconde, pique-corrente...

Pâmela Eduarda Anastoto, 13 anos, moradora de Paracatu de Baixo

Apreendi a brincar de pique-corrente com os meus amigos mais velhos. Era a minha brincadeira favorita, porque movimento, eu gosto de me movimentar, não gosto de ficar parada, não ficar parado muito chato.

Wuellter de Sousa Costa, 15 anos, morador de Paracatu de Baixo

Dependia da pessoa que estivesse comigo, jogava belisca, pique-paga... Belisca é uma brincadeira que a gente brinca com 12 pedras ou 12 semelhanças de chô-vo-lê e joga entre duas pessoas.

Lucielly Aparecida Lopes Marcelino, 14 anos, moradora de Paracatu de Baixo

As brincadeiras que eu mais brincava era futebol, quitanda e pique-esconde. Aqui, não tem muito espaço para a gente brincar, aí, com isso, a gente brinca de futebol na escola e, de vez em quando, em frente de casa. Futebol era a minha brincadeira favorita, porque a gente se juntava com os amigos e podia se divertir e brincar, a gente se juntava na praça para ficar jogando futebol.

Lídice Mary da Silva, 14 anos, moradora de Bento Rodrigues

No Bento, eu brincava de futebol e quitanda. Às vezes, muito raro, eu ainda brinco nessa brincadeira aqui em Mariana. Jogo mais futebol, porque é mais fácil de praticar. Eu vou para a escolinha de futebol e jogo lá.

Samantya Fernandes, 13 anos, moradora de Bento Rodrigues

As brincadeiras que eu mais gostava eram futebol, quitanda de meia e pique-esconde à noite. Eu não brinco mais, porque aqui não tem espaço. Mesmo que tivesse espaço, eu falava sempre, porque não brinco. Com quem a gente não conhece? Sinto falta de brincar.

Raquel Luciana Felipe, 14 anos, moradora de Bento Rodrigues

Hoje, não brinco mais, porque os amiguinhos que a gente tinha se separaram, se distanciaram, não tem como a gente brincar. Isso é ruim, porque não tem com quem a gente brinca. Com quem a gente vai brincar? Com quem a gente não conhece? Sinto falta de brincar.

Rafaela Kécia da Silva, 16 anos, moradora de Paracatu de Baixo

Eu brincava quase sempre, não era todo dia. Às vezes, a gente brincava quando saía da escola e, às vezes, no final de semana. Hoje, não brinco mais de nenhuma dessas brincadeiras.

Lucielly Aparecida Lopes Marcelino, 14 anos, moradora de Paracatu de Baixo

Hoje em dia, eu não brinco de nada. Cresci e ficou tudo chato. Sinto falta de brincar de pique-corrente. Não brinco mais, porque não tem espaço, não tem pessoas para brincar. Gostaria de voltar no tempo para relatar essas brincadeiras. Mas eu acho que não é possível, porque a gente já perdeu contato. Eu vou ensinar as brincadeiras que eu brincava para os meus filhos, para saberem como foi a minha infância, cultura...

Wuellter de Sousa Costa, 15 anos, morador de Paracatu de Baixo

Eu gostaria de passar essas brincadeiras adiante, é importante. Por exemplo: brincar pode fazer meu filho se distrair um pouco, vai ficar alegre... Não tem como brincar sem aprender, fazer arte. Eu brinco, eu aprendo. Por que meu filho, um dia, não vai poder aprender? É importante para a criança, faz desenvolver rápido: cai, melancia, sensível à li de novo.

Rafaela Kécia da Silva, 16 anos, moradora de Paracatu de Baixo

Fonte: <http://jornalasilrene.com.br>

A confusão temporal causada por um passado que insiste em retornar e cindir o acesso dos sujeitos ao presente e ao futuro também se manifesta nas narrativas. Em muitos relatos, as lembranças do passado se misturam à descrição de um presente que surge como fantasia. O testemunho de Lídice⁷, de 14 anos, evoca essa fantasmagoria: “As brincadeiras que eu mais brincava era futebol, quitanda e pique-esconde. Aqui, não tem muito espaço para a gente brincar, aí, com isso, a gente brinca de futebol na escola e, de vez em quando, em frente de casa. [...] a gente se juntava na praça para ficar jogando futebol”. O espaço evocado como um lugar amplo, capaz de receber e ser elaborado, significado, pela experiência de

⁷Utilizamos os nomes reais de crianças e adolescentes que participaram da edição, diante das autorizações das famílias e da compreensão de que tal uso não viola preceitos éticos de cobertura jornalística. Ao mesmo tempo, o recurso dá a elas protagonismo e posse das narrativas.

muitos juntos, em uma brincadeira, não existe no aqui-agora. Em seu lugar, surge um lugar excludente, restritivo, incapaz de abarcar todos/as para sua construção cotidiana. A mistura entre passado e presente também se manifesta na fala de Ana Luiza, de 13 anos, na matéria “Os pés de fruta da roça” (Figura 4): “É raro comprar, por exemplo, chuchu... A gente não comprava chuchu lá no Bento, sabe? A gente pegava do pé que tinha em casa. Agora, tem quem comprar, essa é a diferença, que, antes, pegava de graça...”.

Figura 4: reportagem sobre árvores frutíferas de Bento e Paracatu

8 A SIRENE
FALA NA ESCRELA

Outubro de 2019
Mariana - 96

Os pés de frutas da roça

FOTOS: ALEXSANDRO DOS SANTOS PACHOLSKI, JOICE VALVERDE, JULIANA CARVALHO, KEILA DE FÁTIMA GONÇALVES E VICTÓRIA OLIVEIRA

A infância na roça possibilita o desenvolvimento de muitas habilidades e uma relação com a natureza que faz com que se alimentem das frutas seja mais divertido e prazeroso. Em Bento Rodrigues e em Paracatu de Baixo, não há pé de goiaba, jabuticaba, acerola, manga e de muitas outras frutas, as crianças se deliciavam ao mesmo tempo em que brincavam subindo nas árvores e “roubando” frutas dos vizinhos. As árvores também ofereciam abrigo quando as crianças fugiam das broncas dos pais. Lá no alto era como se nada pudesse lhes acontecer.



POI ANA LUÍZA ELIZABETH, KEILA DE FÁTIMA GONÇALVES, LAISA GONÇALVES MARCELINO, LÍDICE MAYA DA SILVA, LUCIELLY APARECIDA LOPES MARCELINO, MARIA ELIZA ALVES DA SILVA, PÂMELA EDUARDA ANACLETO, RAFAELA KECIA DA SILVA, RAQUEL LUCIANA FELIPE, SAMANTHA FERNANDES E WELLESLEY DE SOUSA COSTA. COMO O POJO DE JACARA LIMA*, JOICE VALVERDE, JULIA MULLATO, JULIANA CARVALHO, LAVÍNIA TORRES*, VICTÓRIA OLIVEIRA* E WIGDEARANGÉLO* PROGRAMA DE EXTENSÃO DA UFOP: “MULTIUS DE SUAS HISTÓRIAS”

Na minha casa, tinha pé de manga, de goiaba, laranja, mexerica, mamão que aparecia na cerca...

Ana Luiza Euzébio, 13 anos, moradora de Bento Rodrigues

Não me quintal, tinha pé de limão, jabuticaba, mexerica, laranja e manga... Manga, não. Manga eu “roubar” do vizinho.

Lídice Maya da Silva, 14 anos, moradora de Bento Rodrigues

Lá em casa, tinha laranja, jabuticaba, goiaba, abacate, limão...

Raquel Luciana Felipe, 14 anos, moradora de Bento Rodrigues

De casa, eu não gostava de nada, não. Eu gostava de “roubar” dos outros.

Maria Eliza Alves da Silva, 14 anos, moradora de Bento Rodrigues

Morava em Paracatu. Eu subia nas árvores, mas não levava as frutas para casa, comia debaixo do pé mesmo. Os pés de árvore que eu subia ficavam na casa do vizinho. Às vezes, quando a minha tia mandava a gente fazer alguma coisa, fugíamos para o pé de goiaba, até ela ir buscar a gente. Víamos os outros caíndo, se machucando... Eu não caía, só os outros. A gente costumava subir nas árvores para comer de cachorro, de bicho, de vaca. Meu pé de fruta favorito era o pé de goiaba do vizinho, porque era uma goiaba grande e vermelha.

Rafaela Kécia da Silva, 16 anos, moradora de Paracatu de Baixo

Um dia, eu estava na casa da minha avó e ela juntou um monte de pedaço de cordão para jogar fora. Eu peguei e arranhei um pedaço de pau qualquer, fui num pé de manga e montei um balanço. Outro dia, quando voltei na casa da minha avó, não achei o balanço, porque ela tinha pegado o jogado fora. Foi lá no fim pagar as cordas. Foi pra ela não tirar: “tudo dia que eu ia, eu balanço e depois, comia manga do pé”.

Keila de Fátima Gonçalves, 13 anos, moradora de Paracatu de Baixo

Nunca cai de árvores, sempre tive cuidado para subir e descer. Antigamente, minha mãe vinha entregar em Mariana ovo, merenda, queijo, essas coisas que ela fazia lá. Ai, ela falou que era para eu ir buscar carne na casa da minha avó. Enquanto minha avó pegava as coisas, eu subi no pé de goiaba e achei uma goiaba grandona, peguei para ir comendo. Demorei por ter subido no pé, minha mãe brigou comigo por causa da demora.

Laisa Gonçalves Marcelino, 15 anos, moradora de Paracatu de Baixo

A fruta que eu mais gostava de Paracatu era jumbo. Eu não podia para subir nos pés de fruta, mas não era roubo, pegava emprestado. Um dia, eu fui subir no pé de jumbo de um vizinho da minha avó, só que ele não estava lá, não. Quando ele chegou, ele me viu lá no alto da árvore e me xingou, porque eu não tinha pedido e ele para subir.

Pâmela Eduarda Anacleto, 13 anos, moradora de Paracatu de Baixo

Quando eu fazia coisa errada, vinha minha mãe xingando e me batendo, aí eu corria pra cima da árvore. “Desce daí!” Eu respondia: “eu não!” Ai, na hora que ela falava alguma coisa, eu saltava na casa do vizinho pra ver se ela estava dormindo e ia comer manga verde com sal.

Ana Luiza Euzébio, 13 anos, moradora de Bento Rodrigues

Pior foi uma vez eu fui na casa da minha tia para apanhar jabuticaba, a sacola tava quase cheia, o gallo foi lá e quebrou. Tudo no chão!

Maria Eliza Alves da Silva, 14 anos, moradora de Bento Rodrigues

Outubro de 2019
Mariana - 96

A SIRENE
FALA NA ESCRELA

Hoje eu não faço isso em Mariana, porque, aqui, a gente não tem o tipo de liberdade que tínhamos lá na roça, de já chegar entrando no quintal dos outros. Aqui é diferente, a gente não conhece os vizinhos e não costuma ter as árvores que tinha lá. Sinto falta, claro. Eu não tinha medo de cair, porque, se caísse, levanta e sobri de novo.

Rafaela Kécia da Silva, 16 anos, moradora de Paracatu de Baixo

Porque a fruta é mais gostosa quando a gente come em cima do pé.

Samantha Fernandes, 13 anos, moradora de Bento Rodrigues

É raro comprar, por exemplo, chuchu... A gente não comprava chuchu lá no Bento, sabe? A gente pegava do pé que tinha em casa. Agora, tem quem comprar, essa é a diferença, que, antes, pegava de graça...

Ana Luiza Euzébio, 13 anos, moradora de Bento Rodrigues

Aqui em Mariana, eu pedi a minha avó uma goiaba, a pessoa disse que eu podia pagar. Enquanto eu subia, as ramas da árvore iam para o lado, ela disse que era para eu pegar a fruta e não quebrar a árvore. Como ela ficou me xingando, não quis pagar, fui embora. Goiaba era a minha fruta favorita.

Laisa Gonçalves Marcelino, 15 anos, moradora de Paracatu de Baixo

Ocasões Infrutíferas

Eu nem sei como eu cai do pé de goiaba, só sei que cai. Estava lá em cima e, de repente, estava no chão. Eu tinha um oito anos, era muito nova. Minha mãe ficou muito preocupada, tiveram que me trazer em Mariana para tirar o pedaço de pau que ficou na minha perna e poderia complicar, tive que fazer cirurgia. Depois, eu não subi mais nas árvores, mas, quando o pessoal subia, eu ficava lá embaixo para comer as que jogavam para mim. Chido em morava, era um vizinho grande, minha avó morava lá também, então, tinha muitos pés de fruta. Minha prima morava perto, aí a gente ia junto subir nas árvores. Lá tinha pé de goiaba, pé de acerola, pé de jabuticaba... Eu sinto mais falta do pé de acerola, porque é mais difícil achar. Já jabuticaba, mexerica, manga dá para achar na feira.

Lucielly Aparecida Lopes Marcelino, 14 anos, moradora de Paracatu de Baixo

Eu não gostava de subir em árvore, porque, onde eu morava, só tinha árvore alta, aí, quando eu subia, eu caía. Isso foi me dando medo de subir. Ficava com o braço ralado e falava: “ah, não vou subir em árvore nada”. Mesmo eu não subindo, comia as frutas. Não pé de manga, que eram mais baixas, eu subia. Antigamente, eu gostava de goiaba. Hoje eu não como muita fruta, as frutas da roça são diferentes das daqui. A goiaba que vendi paga na roça é muito melhor do que a que comprei aqui, a goiaba de lá era muito boa.

Wellesley de Sousa Costa, 15 anos, morador de Paracatu de Baixo

A gente sente falta de tudo, não tem como sentir falta só de uma coisa, não.

Maria Eliza Alves da Silva, 14 anos, moradora de Bento Rodrigues

Fonte: <http://jornalasurene.com.br>

Por outro lado, o trauma da expulsão de Bento e Paracatu se inscreve na fala de muitas crianças como a perda de todo um modo de vida, algo irreparável e impossível de ser indenizado. Quando Maria Eliza, de 14 anos, diz que “De casa, eu não gostava de nada, não. Eu gostava de ‘roubar’ dos outros”⁸, sugere que a perda do espaço de Bento representou também a perda do gosto pelas frutas roubadas do pé; que esse afeto, ou a mera possibilidade dele, se esvai com a perda dos pés de fruta do subdistrito. Lídice também evidencia a perda definitiva desses afetos como consequência da situação-limite: “[...] Futebol era a minha brincadeira favorita, porque a gente se juntava com os amigos e podia se divertir e brincar[...]”. Ou seja, fora de Bento, fora de Paracatu, as experiências infantis e adolescentes estão perdidas, são irrecuperáveis e pertencem a um passado e a um modo de vida que foram esmagados pela ação da máquina minerária. Essa perspectiva demonstra como o trauma, para esses sujeitos, significa não apenas a perda do fluxo narrativo da vida, a perda de um modo de vida, mas também a perda de um espaço que ajuda a estruturar identidades, afetos e essa linearidade temporal. Assim, tempo e espaço são dimensões inseparáveis, e a perda de um significa a perda irreconciliável do outro: perder Bento significa perder a brincadeira favorita; perder o pé de fruta implica perder a fruta preferida. O rompimento implica na ausência de desejo de praticar esse novo campo cheio de barreiras, de limites, sem a possibilidade de pontes.

A edição 42 d’A Sirene dá a ver ainda um paradoxo que o trauma instaura nas vidas dessas crianças e adolescentes e demonstra o enquadramento que o jornal dá ao trauma deles. Apesar de prendê-las a um passado agora inalcançável e irrecuperável, o acontecimento traumático substituiu-lhes parte considerável das

⁸“Roubar”, aqui, como aventura, brincadeira infantil legitimada pela troca, pelo contato próximo entre casas e pessoas da comunidade que permitia esse jogo.

infâncias e o futuro que os aguarda será, para vários desses sujeitos, uma vida adulta incerta (ainda que consigam fabular a respeito de aspirações e profissões, como na matéria “O que quero ser”). Ou seja, apesar de não passar subjetivamente, o tempo, objetivamente, passou. Da infância em Bento e Paracatu rumam para uma adolescência em Mariana, em transição, e uma chegada à vida adulta com uma perspectiva distante de reassentamento, seguidamente adiada por razões duvidosas. Trata-se de uma cisão muito profunda nas subjetividades, materializada em falas como a de Weuller de Sousa, de 15 anos: “Hoje em dia, eu não brinco de nada. Cresci e ficou tudo chato. Não brinco mais, porque não tem espaço, não tem pessoas para brincar. Gostaria de voltar no tempo para refazer essas brincadeiras. Mas eu acho que não é possível, porque a gente já perdeu o contato [...]”. Lucielly Aparecida, de 14 anos, ecoa a perda irreparável da infância imbricada à perda do lugar: “[...] Hoje, não brinco mais de nenhuma dessas brincadeiras”.

As infâncias de Bento e Paracatu foram perdidas, mas simultaneamente, são infâncias que não passam, nunca cessam, pois traumáticas. A perda da infância pela passagem objetiva do tempo, pelo acontecimento catastrófico que destruiu a possibilidade daquelas infâncias nos subdistritos, é também a perda de um modo de vida da infância que não pode mais ser vivida naquele rural híbrido destroçado. Os assuntos colocados em pauta pelos e pelas estudantes na edição evidenciam essa dimensão cultural: brincadeiras, árvores frutíferas, calçadas e as práticas de sociabilidade em torno desse equipamento urbano. Na matéria “As conversas de calçada” (Figura 5), as meninas lembram encontros presenciais – em oposição a conversas mediadas por dispositivos como celular, já que na sede moram separadas umas das outras. Narram a organização espacial da ocupação das calçadas e as atividades que realizavam; a observação urbana que faziam; brincadeiras de rua. E novamente a dimensão da perda: “Nós falávamos sobre tudo. Agora, a gente não se vê, então não tem como mais. E também não dá pra conversar na calçada de Mariana, porque não é seguro. É arriscado ficar ali na rua até tarde conversando”, lamenta Isabela Raquel, de 17 anos.

Figura 5: matérias sobre as calçadas e narrativas de lendas de Paracatu



Fonte: <http://jornalasurene.com.br>

A imagem também suscita, ao lado do texto, uma série de reflexões. A foto de capa da edição (Figura 1) indica o tom dispensado às matérias em análise. O plano, como de boa parte das demais, é fechado, não deixa ver muito do cenário, abrevia a

informação, suprime muitas vezes o quem, o onde, e grande parte do quê, tão caros ao jornalismo hegemônico. Toda fotografia é, de fato, um recorte – parte, índice do referente que a originou. E por ser parte, conclama, insinua, de forma mais ou menos eloquente a depender do que decepe, um extracampo, que foi retirado do referente e não aparece em sua representação. Como aponta o saudoso Arlindo Machado (2015, p. 91), o trabalho do recorte potencializa na fotografia sua função metonímica, e quanto mais destacado o recurso, mais pulsante fica o convite dessa reconstrução sígnica para quem lê.

Se, como diz Kossoy (2000, p. 46), “a fotografia é o relê que aciona nossa imaginação para dentro de um mundo representado (tangível ou intangível)”, além de ultrapassar, “na mente do receptor, o fato que representa”, as imagens podem nos convidar, em maior ou menor grau, a não apenas reconhecê-las, mas a imaginá-las. Na maioria das fotos em análise, e mais destacadamente na de capa, ser parte é também significativa da imagem, já que não deixa, intencional e explicitamente, nenhum elemento aparecer por inteiro, seja o corpo, seja uma única árvore. Logo, apela à imaginação, tão cara ao trabalho do testemunho diante da impossibilidade do sobrevivente de simbolizar ou narrar o evento traumático em sua dita realidade. São os pés e parte das pernas, na vertical, de uma pessoa adolescente ou jovem sobre uma árvore com outras árvores ao fundo. Aponta para o céu, nos faz imaginar: que lugar é esse que não aparece e não conta muito de onde é? Quem está sobre a árvore? O que faz ali? Sua potência é claramente mais indicial do que icônica, mais fragmento que totalidade, como o testemunho em seu caráter disruptivo, fragmentário.

Na matéria “Nossa Brincadeira é Coisa Séria” (Figura 3), há novamente o quadro fotográfico fechado e/ou com o personagem de costas ou quase perfil. Suprimem-se as identidades de quase todos os fotografados. Somente uma menina aparece na maior imagem da página dupla, bem ao fundo, no gol, com a bola em trajetória, a autora do chute de costas. Por estar tão distante, também é quase irreconhecível. Ao contrário da capa, aqui temos certeza: são crianças ou adolescentes. A questão das identidades não evidenciadas se repete na matéria “Os Pés de Fruta da Roça” (Figura 4). Das quatro imagens, somente uma mostra cinco adolescentes, quatro em cima de uma árvore e a quinta embaixo, em ângulo frontal e plano aberto. Contudo, em razão da dimensão da fotografia na página e amplitude do quadro, embora seja possível reconhecê-las, claramente a identificação não parece ser o propósito central da foto. As outras três fotografias trazem recortes fechados, mostrando apenas partes dos corpos. Repetem a ideia da capa, em situações distintas, e criam certa continuidade, dão ritmo ao conjunto.

Somente na terceira matéria, “As Conversas de Calçada” (Figura 5), as identidades dos personagens são destacadas. Com uma página e uma única fotografia, ela traz quatro adolescentes em um plano de conjunto em que seus rostos e corpos delimitam o recorte e são evidenciados (com exceção de uma menina, em um ângulo entre perfil e nuca que não permite identificá-la). Todas as matérias são muito econômicas em relação ao onde das imagens. Como os planos são mais fechados e/ou de detalhe e os mais abertos não se preocupam em endereçar os locais, não há muitas pistas de onde as fotografias foram captadas. Deixam ver, no máximo, uma calçada, partes de uma quadra, um local que sugere o Centro Histórico de Mariana, pelas janelas coloniais ao fundo, e um espaço mais bucólico.

Tudo que se perdeu

Pensando em um jornal como *A Sirene*, de linha editorial com forte teor testemunhal, construído essencialmente a partir de relatos de atingidos, muitos deles à maneira de testemunhos diretos que ocultam a mediação jornalística, chamam atenção as opções da edição sobre as identidades não evidenciadas, não somente nas fotografias, como também na autoria delas. As únicas fotos assinadas são jus-

tamente as que não foram produzidas por crianças ou adolescentes: a de capa, de uma bolsista de extensão, e a da matéria “As conversas de calçada”, por uma jornalista d’A *Sirene*. A opção de creditar coletivamente, com textos e fotos assinados “por” todos os estudantes autores, “com apoio” dos bolsistas e jornalistas envolvidos, por outro lado reforça, no processo editorial, o que Hartman (2000) defende como uma comunidade de testemunhas e daqueles que as escutam. Já os testemunhos escritos, que compõem todo o corpo das matérias com fotos, esses, sim, são assinados individualmente. Isso nos faz pensar por que as fotos, diferentemente dos textos, não possuem a individualização de sua construção. Se o testemunho se efetiva pelo gesto, pelo ato testemunhal (FELMAN, 2000) único, o da testemunha que o elabora e nele é elaborada, numa via de mão dupla, ou seja, somente por ele e com ele a testemunha constrói sua identidade como tal, suprimir tal identidade não significaria retirar parte do que lhe é central?

Ainda: não legendar as fotos identificando quem nelas aparece, e que dizem respeito aos que narram, aos sobreviventes da tragédia, nem mesmo quando figuram seus rostos, não retira uma potência do testemunho? Como lembra Paul Ricoeur (2007, p. 172) sobre a “fórmula típica de testemunho: ‘eu estava lá’”, o eu, ou seja, alguém que presenciou algo e por isso constrói sua verdade diante do relato do acontecimento a que sobreviveu e, por conseguinte, no ato de testemunhar se autodesigna testemunha, é tão caro à realização do testemunho quanto seu eixo dialogal – a escuta de um outro, um terceiro que escuta o relato. Nesse caso, pensando que os autores das fotografias são sobreviventes que desenvolvem suas performances testemunhais como autores dos textos escritos, das fotos, ao mesmo tempo como personagens das imagens e suas potências indiciais e icônicas, não lhes garantir o nome nesses papéis não coloca em xeque o caráter único e identitário de seus atos testemunhais?

A não explicitação das identidades nas imagens e autorias pode ser compreendida como uma contradição, visto que ao longo do jornal o caráter de estilhaçamento espaço-temporal e de perda de um modo de vida é reiterado pelos relatos publicados. Se por um lado se coloca em primeiro plano as vozes testemunhais de crianças e adolescentes, normalmente coadjuvantes em narrativas traumáticas, não escapa de subsumi-las no plano imagético e autoral, talvez no desejo de protegê-los de acordo com a legislação e cuidado ético. Assim, os relatos escondem e mostram quem testemunha.

Por outro lado, ouvir atentamente, transcrever e trabalhar os textos dos jovens autores da edição pode ser visto como um ato essencialmente testemunhal, pelo compromisso d’A *Sirene* em garantir que os autores se reconheçam em seus testemunhos e por suas próprias expressões escritas ou visuais. E que, assim, esses sujeitos possam, quem sabe, de alguma forma reintegrar a crise por que passam, dada a condição em que vivem, a uma experiência de recontar histórias que os ajudem a reconstruir parte de suas identidades.

Referências

A SIRENE. Editorial. **A Sirene**. Mariana, p. 16. 5 out. 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi__o_42_-_outubro__issuu_. Acesso em: 10 set. 2020.

AGENCIA Global de Noticias. **Manual de niñez y periodismo**. Un aporte para el trabajo periodístico comprometido. Assunção: Agencia Global de Noticias, 2008.

ANDI. **Castigos físicos e humilhantes**: guia de referência para a cobertura jornalística. Brasília: ANDI/Red ANDI América Latina/Save the Children, 2015.

BRASIL. **Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm. Acesso em: 07 set. 2020.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente:** um guia para jornalistas. Brasília: Rede Andi, 2011.

BUCKINGHAM, D. **Crescer na era das mídias eletrônicas.** São Paulo: Loyola, 2007.

CAMPOS, J. O.; MAFRA, R. L. M. Rural híbrido em sofrimento: mineiridade, mineração e trauma no Jornal A Sirene. **Ação Midiática** – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura, [s.l.], p. 55-83, jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/acaomidiatica/article/view/66821>. Acesso em: 10 sep. 2020.

CERTEAU, M. de. **Invenção do cotidiano:** artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

CNN. ‘YOU have to watch, you have to bear witness’. Direção de Riad Al Hussein. Aleppo: CNN, 2017. 1 vídeo digital (99 seg.), digital, son., color. Disponível em: <https://edition.cnn.com/videos/world/2017/05/09/syria-chemical-attack-clarissa-ward-reflection-sdg-orig.cnn>. Acesso em: 04 set. 2020.

FELMAN, S. Educação e crise, ou as vicissitudes do ensino. *In:* NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). **Catástrofe e representação:** ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir.** Petrópolis: Vozes, 1975.

GOMES BARBOSA, K. As sirenes nunca tocam; A SIRENE ainda ecoa. **A Sirene.** Mariana, p. 5-5. 5 fev. 2019. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/fevereiro_2019_issuuuuu. Acesso em: 10 set. 2020.

GOMES BARBOSA, K.; CARVALHO, A. L. Testemunho, trauma e imagens de catástrofes socio-ambientais da mineração brasileira em Vozes de Mariana e Vozes de Brumadinho. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 18, 2020, Fortaleza. **Anais...** Brasília: SBPJor, 2020. p. 1-18. Disponível em: <http://sbpjour.org.br/congresso/index.php/sbpjour/sbpjour2020/paper/viewFile/2605/1403>. Acesso em: 01 jan. 2021.

HARTMAN, G. Holocausto, testemunho, arte e trauma. *In:* NESTROVSKI, A.; SELIGMANN-SILVA, M. (Orgs.). **Catástrofe e representação:** ensaios. São Paulo: Escuta, 2000.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** São Paulo: Paz e Terra, 2016.

HOOKS, b. **Ensinando pensamento crítico:** sabedoria prática. São Paulo: Elefante, 2020.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

MACHADO, A. **A ilusão especular:** uma teoria da fotografia. São Paulo: Gustavo Gili, 2015.

PEIXOTO, A. Era uma vez. **A Sirene**. Mariana, p. 10. 5 dez. 2016. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/jornal_a_sirene_ed_9_dezembro_issuu. Acesso em: 8 set. 2020.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

SELIGMANN-SILVA, M. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro. v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SILVA, E.; MARCELINO, J. G. As férias não são mais as mesmas. **A Sirene**. Mariana, p. 5-5. 5 jan. 2020. Disponível em: https://issuu.com/jornalasirene/docs/edi__o_45_-_janeiro_2020_issuu. Acesso em: 9 set. 2020.

WISNIK, J. M. **Maquinação do mundo** – Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.